

# KIPÓÓÓÓ MINERAÇÃO EM ÁREAS INDÍGENAS

## Os Kaiapó e os garimpos de ouro

No momento há, pelo menos, 400 pedidos de autorização de pesquisa mineral incidentes em reservas indígenas aguardando deferimento na FUNAI, a maioria de empresas estatais, sobretudo a CVRD.

O presidente da FUNAI, Jurandy Fonseca, se recusou a assinar uma portaria regulamentando o decreto nº 88.985 e foi exonerado do cargo. O novo presidente assinará?

Enquanto isso, no sul do Pará, os Kayapó do Kikretum, liderados pelo coronel Pombo tentam tirar vantagem dos garimpos de ouro instalados desde 1972 dentro da reserva não demarcada.

Este artigo foi condensado a partir de artigo homônimo de Carlos Alberto Ricardo, publicado no livro "Povos Indígenas no Brasil/83", editado pelo CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação.



bilidade regional e começavam a celebrar a figura do cel. Pombo.

Ocupando pequenas turmas de guerreiros na função da fiscalização dos garimpos, num sistema de rodízio permanente, só excepcionalmente índios ficavam temporadas como aprendizes do ofício de garimpar. Tal aprendizado foi aberto pelo cel. Pombo a índios kayapó de outras aldeias do Pará, as quais visitava eventualmente, em aviões fretados e cheios de presentes.

Em outubro de 82, o cel. Pombo vai a Brasília defender perante a Funai o acordo com a Stannum-Shelita. Chegou a solicitar ao Ministro César Cals, das Minas e Energia, que intercedesse junto a Funai para que ela retirasse da justiça a ação anulatória do acordo. Na volta de Brasília, o arranjo com a Stannum-Shelita parecia consolidado, apesar da irritação dos dirigentes da Funai.

### Nem Stannum, nem Funai

Mas em meados de 83 a Stannum-Shelita acabou tendo que sair da área mais uma vez, depois de várias interrupções parciais das atividades, pressionada pela Funai. O coronel Pombo não gostou e o delegado regional do órgão escapou de ser morto, por não acompanhar, na última hora, a comitiva de técnicos da CPRM que visitou a aldeia Kikretum no mês de maio.

Com a saída da empresa, o coronel Pombo passou a entregar o controle das pistas e das cantinas dos garimpos a grupos de interesse regionais, os quais, quanto mais garimpeiros na área melhor, mais lucros nos fretes e nas cantinas. Em junho, as estimativas da Funai já registravam de dois a três mil e quinhentos garimpeiros nas duas pistas. Subiam também as dívidas do coronel Pombo, especialmente junto aos supermercados e aos pilotos, mas também no hotel, no hospital e na churrascaria de Tucumã.

Na pista Nova Olinda, o antropólogo Célio Horst e uma pequena equipe enviada pela Funai de Brasília, tentou controlar a cantina e o garimpo, com a pretensão de criar uma alternativa eficiente, rentável aos índios e que recuperasse um mínimo de legitimidade do órgão junto ao coronel Pombo. Segundo informações do próprio Horst, as operações duraram apenas 3 semanas (entre maio e junho) e acabaram sucumbindo à falta de apoio da sede central da Funai em Brasília (em fase de troca de presidente) e à rede de intrigas e disputas locais.

Em agosto de 1983, quando o autor esteve no garimpo Kikretum, havia apenas um guerreiro do Pombo, fiscalizando. A cantina cobrava os gêneros básicos (depois de oito minutos de transporte por aviões monomotor) de 100% a 400% mais caros que em Tucumã. Segundo Horst, esta cantina dava, em meados do ano, 60 milhões de lucro por mês só na venda de alimentos, combustíveis e outros gêneros básicos aos garimpeiros. O garimpo, uma imensa mancha desmatada de cerca de 30kms de extensão com uma população estimada em 4 mil garimpeiros (no auge da estação seca), estava produzindo em torno de 8kg de ouro por semana, vendidos a um preço que oscilava entre Cr\$ 9.500,00 e Cr\$ 12.000,00 o grama. Disso tudo, o coronel Pombo estava recebendo um fixo semanal de 2 milhões de cruzeiros. Mais um milhão pelo "arrendamento" da cantina do garimpo de Nova Olinda, onde mil garimpeiros estavam extraindo 2 Kg de ouro por semana.

### Novo decreto, os garimpos e as políticas

No final de 83, o presidente Figueiredo sancionava, juntamente com os ministros do Interior e Minas e Energia, o decreto nº 88.985, abrindo as riquezas minerais existentes nas áreas indígenas também à exploração de empresas privadas. Orientados pelo Conselho de Segurança Nacional, à revelia dos interesses burocráticos da Funai em controlar a exploração de minerais em áreas indígenas (sempre travestidos pela ideologia protecionista), as empresas privadas são apresentadas no referido decreto como complementares às estatais. Juridicamente estão abertas as portas para a Stannum conseguir a tão almejada legalização da sua situação dentro da Reserva Kayapó, superando desentendimentos secundários.

A briga principal será mesmo no local, onde milhares de garimpeiros já estão instalados desafiando, como nos recentes conflitos pela reabertura de Serra Pelada ao garimpo manual, as pretensões hegemônicas de empresas interessadas na lavra mecanizada.

Carlos Alberto Ricardo é antropólogo e coordenador do Programa "Povos Indígenas no Brasil", do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação.  
Foto: Vicent Carelli

Em meados de 80, o capitão Pombo comandou pessoalmente 35 guerreiros da aldeia Kikretum até o garimpo de ouro do Batéia. Foram oito dias de caminhada pela mata, em direção às cabeceiras do Rio Branco, no extremo nordeste da reserva Kayapó. Finalmente tinham descoberto o caminho. Após quatro anos de tentativas frustradas, algumas vezes combinadas com os Gorotire, seus parentes que vivem no extremo sudeste da reserva, foram dar bem em cima do alvo. Ali estava o pequeno formigueiro humano dos kubens: a pista de pouso para pequenos aviões, a cantina e quase 300 garimpeiros com suas barracas improvisadas entre os barrancos.

foi levado preso e solto um dia depois. A segunda parte do plano do capitão Pombo era conseguir recursos (alimentos, ferramentas e alguns garimpeiros) junto à Delegacia Regional da Funai, em Belém, para tocar o garimpo em benefício próprio e da sua comunidade indígena. As dificuldades eram imensas para os índios, como a distância de 60kms entre a aldeia e o garimpo e a inexperiência com os segredos da lavra manual. Na possibilidade do plano ser vitorioso, os índios manteriam uma fonte permanente de recursos financeiros, mesmo pequena, e controlariam um foco de invasões.

### O plano dos índios

O plano dos índios era botar todo mundo para fora, dentro de uma estratégia mais ampla de limpar as invasões do limite oeste da reserva.

Apesar do número reduzido de guerreiros, a expedição do capitão Pombo não precisou usar da violência física. Bastou fazer uma grande zoada na mata para que o medo paralisasse os garimpeiros. Os índios tomaram o que puderam e os garimpeiros tiveram mesmo que sair a pé. Batéia, o dono da pista (por onde tudo entra e tudo sai)

### O jogo da Funai

Mas os planos da Funai eram outros. O delegado regional de então, Paulo Cesar Abreu, acompanhado de agentes da Polícia Federal fortemente armados fez uma limpeza na área e não atendeu os pedidos do capitão Pombo. As intenções do delegado regional estavam alinhadas com as do coronel Nobre da Veiga, presidente da FUNAI interessado na implantação da lavra mecanizada, abrindo espaço para o controle de empresas estatais, como estratégia de exploração mineral em áreas indígenas.

Em março de 1981, uma nova operação, com apoio da FAB, desalojou da área do Rio Branco 700 garimpeiros que estavam sob controle da empresa privada de mineração Stannum, de propriedade do genro do presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que havia entrado no local, à revelia da Funai, utilizando-se de métodos violentos. Apesar da interferência do Ministério das Minas e Energia, a empresa teve que sair, levando seus equipamentos de pesquisa e de lavra. Mas a briga pelo controle da área continuaria acirrada tanto em Brasília, envolvendo altas cúpulas ministeriais, como no local.

### Experiências e intrigas

Diante desse quadro, sem apoio da Funai, impossibilitado de manter guarda permanente na área aberta do garimpo, e sem "know-how" para lavar, o capitão Pombo parte para novas alianças, num círculo mais próximo de relações, em São Félix do Xingú, Altamira e Tucumã (núcleo urbano do projeto de colonização da Construtora Andrade Gutierrez). Inicia-se então um longo período de experiências por parte dos índios Kikretum, centralizadas na figura do capitão Pombo (patente conseguida, segundo dizem, no 51º Batalhão de Infantaria da Selva, em Altamira, durante as comemorações da Semana do Índio), na tentativa de tirar algum proveito do fato consumado do garimpo dentro da reserva.

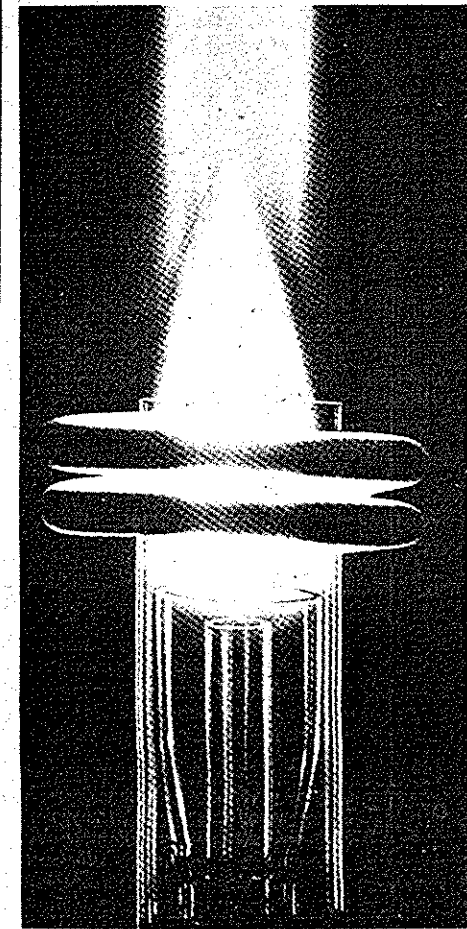
No dia 22 de abril de 1982, em Tucumã, o cel. Pombo assinava um acordo, registrado em cartório, com a mineradora Stannum-Shelita, à revelia da Funai regional e nacional. O documento estabelecia as condições de exploração dos garimpos por três anos: limite inicial de 200 garimpeiros na área, sem nunca ultrapassar 400; pagamento mensal de "royalties" (sic) de 5% da produção bruta mecanizada (depositada em caderneta de poupança da CEF, em conta corrente do cel. Pombo) e 10% da produção bruta de garimpagem manual em dinheiro vivo.

Quanto aos garimpeiros residentes na área o acordo estipulava um prazo até 30 de julho para que eles se submetessem ao sistema da empresa. Caso contrário, teriam que abandonar o local, cuja segurança (sic) seria feita por guerreiros designados pelo Pombo. O acordo ainda garantia a empresa o controle das cantinas (maior fonte de lucro de qualquer garimpo) e enquanto a empresa tratava de problemas burocráticos para legalizar a situação de fato e posteriormente viabilizar a instalação de um amplo sistema de mecanização, não tardaram os conflitos entre os guerreiros-fiscais e os donos das cantinas.

### A política do Cel. Pombo

Na mesma época, o cel. Pombo autorizava um novo negócio. Tratava-se de um garimpo de cassiterita financiado por comerciantes da região de Guaritai. Apesar de reduzido número de guerreiros-fiscais, do acordo verbal e do curto tempo de exploração, devido a exaustão, o garimpo funcionou bem e a produção chegou a atingir em uma semana 10 toneladas, vendidas a 8 milhões.

A essa altura, os dividendos do acordo com a Stannum-Shelita, apesar das instabilidades, possibilitavam aos índios Kikretum uma grande mo-



## GEOLAB sempre o primeiro

Desde 1967, o GEOLAB, é o primeiro laboratório privado brasileiro em inovar e diversificar técnicas de análise geoquímica.

Foi o primeiro a operar com espectrografia ótica, o primeiro a instalar absorção atômica, o primeiro a usar fluorimetria e ainda o primeiro a processar fluorescência de raios X.

Agora é o primeiro também na ESPECTROMETRIA DE PLASMA (ICP).

Pioneiro e sempre à frente.

GEOLAB  
Divisão de Laboratórios da Geosol  
Rua Aimorés, 200  
Telefone: (031) 221-5566  
Telex: (031) 1786  
30000 - Belo Horizonte - MG